

# AS VARIANTES LEXICAIS PARA A MONTARIA FEMININA: UM ESTUDO SEMÂNTICO-LEXICAL EM *CORPORA* GEOLINGUÍSTICOS

## *LEXICAL VARIANTS FOR FEMALE MOUNTING EQUIPMENT: A LEXICAL-SEMANTIC STUDY*

Celciane Alves Vasconcelos

Doutoranda pela Universidade de São Paulo/bolsista FAPESP

Vanderci de Andrade Aguilera

Universidade Estadual de Londrina/CNPq

### RESUMO

Este trabalho tem como base um estudo semântico-lexical e geossociolinguístico de variantes pertencentes ao campo da montaria. Propõe-se uma análise das lexias documentadas nas cartas nº 144 do Atlas Prévio dos Falares Baianos (ROSSI, 1963), nº 148 do Atlas Linguístico de Sergipe (FERREIRA et alii, 1987), nº 15 do Esboço de um Atlas Linguístico de Londrina (AGUILERA, 1987) e a de nº 62 do Atlas Linguístico do Paraná (AGUILERA, 1994). A partir da etimologia e da data de lexicalização de cada uma das lexias, buscase, na seqüência, relacioná-las ao momento e ao contexto históricos. Por meio da análise de determinadas variantes relativas à vida do campo, ameaçadas de extinção, pretende-se contribuir para o conhecimento da história da Língua Portuguesa falada no Brasil.

**Palavra-chave:** Estudo Diacrônico e Sincrônico; História Social; Variação Lexical.

### ABSTRACT

This paper is based on a lexical-semantic and geosociolinguistic study of variants belonging to the lexical field of *female mounting equipment*. It proposes an analysis of the lexical units documented in the letters number 62 of the Paraná Linguistic Atlas (AGUILERA, 1994), number 144 of the Previous Atlas of the Spoken Language from Bahia (ROSSI, 1963) and number 148 of the Sergipe Linguistic Atlas (FERREIRA et alii, 1987). Departing from the etymology and date of lexicalization of each of the lexical units, this study aims at relating them to their historical context and moment. By means of the

analysis of particular endangered variants related to country life, this paper intends to contribute for the knowledge about the history of the Portuguese language spoken in Brazil.

**Keywords:** Diachronic and Synchronic Study; Lexical Variation; Social History.

## INTRODUÇÃO

Os estudos dialetológicos e geolinguísticos no Brasil, que haviam permanecido em ritmo lento desde a segunda metade do século passado, vêm crescendo numa velocidade até então não vivenciada nos cursos de Letras, desde a implantação da disciplina de Linguística, a partir da década de 1960, e da publicação do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* (ROSSI, 1963).

Ciente da importância de coletar e registrar a linguagem oral de falantes rurais, idosos, sedentários e com pouco ou nenhum grau de instrução, Silva Neto (1958) já alertava sobre a necessidade e urgência de estudar os falares brasileiros, fossem eles na área da fonética, da morfologia, da sintaxe e/ou semântico-lexical. Neste particular, este trabalho tem por objetivos: (i) apresentar e discutir o acervo lexical sobre o campo semântico da sela feminina, registrado em três atlas estaduais: *Atlas Prévio dos Falares Baianos* – APFB (ROSSI, 1963), carta 144, *Atlas Linguístico de Sergipe* – ALSE (FERREIRA et alii, 1987), carta 148, e o *Atlas Linguístico do Paraná* – ALPR (AGUILERA, 1994), carta 62 e em um atlas de pequeno domínio, o *Esboço de um Atlas linguístico de Londrina* – EALLO – (1987); (ii) bem como focalizar as semelhanças e diferenças a partir de fatores diatópicos – isto é, nos falares baiano, sergipano, paranaense e londrinense – e diastrático, considerando a variável sexo; (iii) verificar, nas principais obras lexicográficas, a existência das variantes cartografadas, as acepções referentes à sela feminina, a etimologia e a data de lexicalização de cada uma delas. Trata-se de uma relação de itens lexicais específicos da linguagem rural que remontam a uma realidade histórica em que o cavalo era a principal, talvez a única, forma de locomoção.

## 1. A importância do cavalo na vida do homem: um breve percurso histórico

Especula-se, por meio da reconstituição de inúmeros registros de fósseis, que a primeira raça do cavalo, no Continente Americano, tenha ocorrido há 60 milhões de anos. Durante o final da Era do Gelo, com o desmembramento dos continentes Ásia e América, os cavalos deste continente ficaram afastados dos demais equinos do mundo. Não se sabe exatamente o porquê do desaparecimento do cavalo no Continente Americano, mas Narloch (2011, p. 53) presume que talvez eles tenham “sido extintos durante mudanças climáticas ou pela caça excessiva”.

Milênios se passaram até a chegada dos espanhóis às terras sul-americanas, que se surpreenderam por não encontrar aqui nenhum animal doméstico. Por isso, em 1494, Cristóvão Colombo, ao retornar à Ilha de São Domingos, trouxe em seus navios os primeiros exemplares do cavalo para a América. Quanto à ordem cronológica da entrada de cavalos nas Américas Central e do Sul, Goulart (1964) traça o seguinte panorama:

[...] em 1494, Cristóvão Colombo levou alguns exemplares para a Ilha de São Domingos. Os que acompanharam Cortez, só aportaram ao México em 1519. Pizarro os introduziu no Peru, em 1532. Na Colômbia (Bogotá), [...] os cavalos chegaram, também, em 1532. Pedro de Mendoza, Governador da primeira Buenos Aires, foi quem os introduziu na Argentina em 1534. [...] Se nos voltamos para o Chile, vemos que cavalos só tiveram ingresso naquele país, em 1535, pelas mãos de Diogo de Almagro. Os da Venezuela, possivelmente lá chegaram, também, em 1535, levados por Ojeda. Em 1541, foi que Cabeça de Vaca conseguiu introduzir cavalos no Paraguai [...]. Os do Uruguai são originários dos do Paraguai e dos da Argentina. (GOULART, 1964, p. 40).

Na história do Brasil, não se sabe exatamente quando se deu a primeira entrada desses animais. Oficialmente, sua chegada só foi registrada em 1549, ano em que Tomé de Souza, primeiro governador-geral, mandou virem alguns animais da Ilha de Cabo Verde para a Bahia. Ainda segundo Goulart

(1964), outras fontes atestam datas anteriores a esta: “Em 1520, por ordem de Ordas, Governador do Maranhão, *vieram os primeiros cavalos*” (p. 43), “em 1534, por determinação de D. Ana Pimentel, esposa e procuradora de Martim Afonso de Souza, chegam a São Vicente *diversos animais domésticos* importados das Ilhas das Canárias e da Madeira” (p. 44). O que se pode assegurar é que, no início do século XVI, cavalos e éguas, trazidos pelos portugueses, entram no Brasil, exceto nas regiões Sul e Centro-Oeste, nas quais haviam sido introduzidos pelos espanhóis, no século anterior, reproduzindo-se na Argentina, no Uruguai e se espalhando pelo sul do continente.

Neste mesmo período quinhentista, após o breve ciclo do pau-brasil, a principal atividade econômica no Brasil colonial era a indústria açucareira, e tal atividade se estendeu até o século XVII. Os primeiros engenhos eram movidos, inicialmente, pela lenha e pela força motriz animal (bovinos e equinos). Com a expansão dessa atividade, foi necessário empregar esses animais também no transporte do produto açucareiro. Dessa forma, a pecuária, mesmo que timidamente, inicia sua penetração e ocupação no interior do país.

No início do século XVIII, com o ciclo da mineração no interior do Brasil, começa uma nova fase de povoamento: surgem, assim, inúmeras vilas que hoje constituem importantes cidades brasileiras. Mas esse desbravamento só foi possível com o auxílio das tropas cavaleiras e de muares que conseguiram chegar a regiões serranas rodeadas de abismos, montanhas, solos áridos, entre outras dificuldades (GOULART, 1961). Diante desse cenário, um novo modelo econômico se configura no Brasil Colônia, cuja passagem é corroborada por Simonsen (1969, p. 187), ao destacar a importância da pecuária para o desenvolvimento econômico do país:

Se a indústria mineradora originou o rápido crescimento da população e a construção de cidades no interior do país, foi por intermédio da pecuária e dos laços criados pelo comércio do gado bovino e cavalar, pelos transportes organizados pelas grandes tropas muares, que se estabeleceram elos indestrutíveis na unidade econômica brasileira (SIMONSEN, 1969, p. 187).

Dessa forma, o cavalo, devido a sua importância para o transporte no Brasil colonial, se destaca como elemento fundamental para a nova fase econômica: o Tropeirismo. Segundo as historiadoras Steca e Flores (2002, p. 179), essa atividade, baseada no transporte, criação e comércio de animais, foi muito importante para o Paraná e para toda a nação. Deve-se a ele o povoamento do território paranaense nos locais escolhidos pelos tropeiros como pontos de parada para o descanso dos animais. Pelo Caminho de Viamão (RS), passando por solo paranaense, até Sorocaba (SP), surgiram ranchos que acabaram dando origem a vilas e a povoados, e seus moradores se beneficiavam, oferecendo serviços de atendimento aos tropeiros e aos animais.

Dentre as influências do tropeirismo para o desenvolvimento de nossa terra, Goulart (1961, p. 177) destaca a sua importância social, assegurando que:

a sociedade rural brasileira era representada pelos grandes latifundiários, senhores de engenho, fazendeiros e criadores de gado, no tempo do Brasil colônia, em que pese o segregatismo em que viviam os seus componentes, foi de uma exuberância e de uma magnitude excepcionais (GOULART, 1961, p. 177).

Nesse contexto, surgem os barões de café, dando um novo rumo ao perfil da sociedade brasileira. Possuidores de muitos bens, esses senhores abastados fazem grandes investimentos, principalmente em transporte ferroviário e, como consequência, o transporte de carga, em longa distância, feito por cavalos e muares, entra em decadência, ficando restrito seu uso ao trabalho dentro de fazendas, sítios e roças, como também para o transporte de cargas até as ferrovias (GOULART, 1961).

Atualmente, a expansão do cavalo, no Brasil, está diretamente ligada à disseminação e criação do gado vacum, uma vez que “nas fazendas de gado ele [cavalo] é indispensável: na sua falta não seria possível manter, nestas extensões enormes que cobrem, a necessária vigilância sobre o gado solto” (GOULART, 1964, p. 53).

Ainda ao longo da história, o cavalo sempre esteve associado a festas e comemorações tanto religiosas como profanas. É o caso das Cavalhadas<sup>1</sup>, celebração portuguesa tradicional que teve origem nos torneios medievais, em que os aristocratas exibiam em espetáculos públicos a sua destreza e valentia, e frequentemente envolviam temas do período da Reconquista. Era um torneio que servia como exercício militar nos intervalos das guerras e onde nobres e guerreiros cultivavam a praxe da galantaria. No Brasil, ainda são tradicionais as cavalhadas em Pirenópolis (GO), Poconé (MT) e Guarapuava, no Paraná, além de outras localidades do RS como, Vacaria, Mostardas, Santo Antônio da Patrulha e Caçapava. É o caso também das Cavalgadas<sup>2</sup>, espalhadas por todas as regiões brasileiras, principalmente em cidades do Pará, Maranhão, Bahia, Pernambuco, Ceará, Tocantins, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, que hoje é um passeio realizado por um grupo de cavaleiros e que pode ter motivação religiosa, cívica ou simples um lazer.

Assim, o cavalo está presente tanto em esportes populares como nos mais elitizados, como os rodeios, as corridas, as festas do peão e o hipismo, competições que, além de formas de lazer, são fontes de um intenso comércio no Brasil. Para essas ocasiões os adereços do cavalo são muito importantes, como o arreio cutiano e socado, a baldana, o baixeiro, a manta, o pelego, o coxinilho, a cabeçada, o cabresto, o peitoral, a gamarra, a espora, o estribo, o freio, o bridão, a barbela, a barrigueira, a rédea, entre tantos outros.

Até há pouco tempo, a presença do cavalo seja nos trabalhos do campo, seja como meio de transporte para vencer longas distâncias e desbravar as terras brasileiras de sul a norte, sempre esteve associada à figura masculina, ficando para as mulheres seu envolvimento no campo do mito e da lenda. Mas esta não era a regra, pois, desde a Idade Média, sobretudo na Inglaterra, entre os séculos IX e XII, as mulheres andavam a cavalo, participando das caças e torneios, esportes considerados da nobreza. Para tal, elas seguiam montadas de lado, sentadas sobre uma almofada, com os pés apoiados num suporte. Essa postura era considerada mais modesta e a mais adequada para uma mulher.

<sup>1</sup> Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Cavalhadas> Acesso em: 10 dez. 2011.

<sup>2</sup> Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cavalgada> Acesso em: 10 dez. 2011.

A presença da mulher nessas ocasiões levou ao aperfeiçoamento da sela feminina - chamada de “sela das rainhas” - e da forma de montar: o corpo ficava paralelo aos ombros do cavalo, o que tornou a atividade de cavalgar mais segura e deu à mulher um controle maior sobre o cavalo. Entre as amazonas coroadas, são citadas a rainha francesa Catarina de Medici e a imperatriz russa Catarina II, que frequentemente montava à moda masculina.

Depois do advento da calça comprida para as mulheres<sup>3</sup>, a figura feminina se fez mais presente nas formas de lazer e de competição, adotando indumentária e arreios comuns aos dos homens. Mas não foi sempre assim. No mundo ocidental, as mulheres historicamente têm usado vestidos e saias, enquanto os homens têm usado calças. No final do século XIX, as mulheres começaram a usar calças e blusas para o trabalho industrial.

Para andar a cavalo, seja no trabalho ou nos passeios, as mulheres, quando ainda não lhes era permitido o uso de roupas tidas como masculinas, portavam longas e amplas saias e, para isso, tinham um tipo especial de sela, que recebe nomes diversos, conforme a região: “selim”, “selim de banda”<sup>4</sup>, “sela de banda”, “arreio de banda”, “serigote”, “silhão” e “lombilho”, entre outros.

A propósito, recentemente, Moura (2002, p. 156) relaciona os objetos de “selaria e malaria” da Fazenda do Visconde de Guaratinguetá e, dentre eles, constam “selim para montaria de senhora arreado” e “selim de banda de veludo”. Na p. 160, o autor menciona o “serigote”.

A sela feminina é, pois, um acessório em desuso, certamente extinto, cujas variantes lexicais foram registradas cuidadosamente, em apenas quatro atlas linguísticos do Brasil, dos quais três são estaduais: *Atlas prévio dos falares baianos* – APFB - (ROSSI, 1963), *Atlas linguístico de Sergipe* – ALSE -

<sup>3</sup> “Na Grã-Bretanha durante a Segunda Guerra Mundial, por causa do racionamento de roupa, muitas mulheres tomaram as roupas de seus maridos civis, incluídas as calças, para trabalhar, enquanto seus maridos estavam ausentes nas forças armadas. Isso foi em parte porque se as considerou como roupas práticas para o trabalho e, em parte para permitir que as mulheres mantenham suas roupas para outros usos. Como essa prática do uso de calças tornou-se mais difundida e o vestuário dos homens estava ausente, as substituições eram necessárias, de modo que no verão de 1944 as vendas de calças de mulher foram cinco vezes mais que no ano anterior. Na década de 1960, André Courrèges introduziu calças compridas para as mulheres como um item de moda, levando à era de *pantsuit* e corte jeans e à erosão gradual das proibições contra que as meninas e mulheres usem calças nas escolas, no trabalho, e bons restaurantes”. Disponível em: <pt.wikipedia.org/wiki/Mulheres\_vestindo\_calças>. Acesso em: 10 dez. 2011.

<sup>4</sup> “Banda” aqui significa “lado”, portanto, a mulher sentava-se de lado para cavalgar.

(FERREIRA et alii, 1987), *Atlas linguístico do Paraná* – ALPR - (AGUILERA, 1994) e um de pequeno domínio, o *Esboço de um Atlas linguístico de Londrina* – EALLO - (AGUILERA, 1987).

## 2. A sela feminina nos falares baiano, sergipano, paranaense e londrinense: descrição e análise do *corpus*

FIGURA 1: modelo de silhão



Extraído do site <[www.pulsarimagens.com.br](http://www.pulsarimagens.com.br)>.

Embora, no Brasil, já tenham sido publicados ou concluídos 26 atlas linguísticos, dos quais um regional – da Região Sul; 10 estaduais – Bahia, Minas Gerais, Paraíba, Sergipe, Paraná, Amazonas, Pará, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul e Ceará e 15 de pequenos domínios<sup>5</sup>, apenas quatro deles trazem a questão sobre a sela feminina<sup>6</sup>.

Dessa forma, o *corpus* desta pesquisa, como já mencionado, constitui-se dos dados de quatro fontes: a carta 144 do *Atlas Prévio dos Falares Baianos* – APFB - (ROSSI, 1963), a de nº 148 do *Atlas Linguístico de Sergipe* – ALSE - (FERREIRA et alii, 1987), a carta 62 do *Atlas Linguístico do Paraná* – ALPR - (AGUILERA, 1994) e a carta 15 do *Esboço de um Atlas Linguístico de Londrina* - ALLO (AGUILERA, 1987).

<sup>5</sup> São dissertações ou teses defendidas em várias IES do Brasil, que mapearam aspectos lexicais e/ou fonéticos de um ou mais municípios: baía de Guanabara, litoral norte paulista, litoral sul paulista, litoral catarinense, litoral potiguar, oeste paranaense, Ilha de Marajó, São Francisco do Sul (SC), Centenário do Sul (PR), Tamarana (PR) Adrianópolis (PR), Cândido de Abreu (PR), Ortigueira (PR) e Ponta Porã (MS).

<sup>6</sup> Imaguire (1999), em sua dissertação, *Estudo com vistas a um Atlas linguístico da Ilha de Santa Catarina: abordagem dos aspectos lexicais*, incluiu em seu questionário uma pergunta sobre a sela feminina, mas não a cartografou.



A carta 144 do APFB, com o título *sela para mulher*, é de natureza analítica<sup>7</sup> e reúne o total de 106 registros distribuídos por sete formas: “selim” e variantes fônicas “silim”, “silindu” e “silinho”, com 42 registros; “silhão” e variantes fônicas “sião”, “silião”, “silhão”, com 25 registros; “serigote”, sob as variantes “seligote” e “selegote”, com 15 ocorrências; “sela de banda”, com 11 ocorrências; “selim de banda”, com nove, “arreio de banda”, com dois registros, e “cabecim/cabecinha”, também com duas ocorrências. Sabendo-se que a pesquisa do APFB estendeu-se por 50 localidades, inquirindo um total de 100 informantes, dois por ponto, na maioria deles, a produtividade está dentro da média, isto é, uma resposta por informante. A carta registrou apenas duas abstenções.

A carta 148 do ALSE, também analítica e sob o título *sela para mulher*, num total de 25 registros, traz apenas uma forma predominante, “sela de banda”, com 17 ocorrências e outras três menos produtivas: “selim” (com as variantes “silim” e “silindo”) e “silhão” (com a variante “sião”), com três registros cada e “selim de banda”, com duas ocorrências. Considerando que a rede se constitui de 15 localidades em cada uma das quais foram entrevistados um homem e uma mulher, considera-se baixa a produtividade da questão. Registra-se igualmente o fato de as respostas terem sido dadas em sua maioria pelos homens (16 registros) em relação às mulheres (11 registros). O maior número de abstenções ocorreu na fala das mulheres.

No ALPR, a carta 62, sob o título *sela feminina*, é uma carta mista<sup>8</sup> e contém 120 registros, dentre os quais predomina a variante “selim” com 57 registros, seguida de “sela”, com 27 ocorrências; “silhão” e variantes, com 26 ocorrências, além de sete outras variantes: “lombilho”, “arreio”, “arreio sem cabeça”, “arreio banana”, “mocho”, “cutiano” e “casquinha”, a maioria como *hapax*. O número de abstenções é bastante alto, pois, dos 130 informantes 30 deles, ou 23%, declararam não conhecer tal objeto e este número seria ainda maior se a ele fossem acrescentados os registros de “sela e arreio”, que, na realidade, não especificam se o acessório é destinado unicamente às mulheres. Ainda assim, a maior ausência de respostas deu-se na fala feminina: 19 mulheres não souberam dar nome à referida sela. Em

<sup>7</sup> Carta analítica ou carta fonética é a que traz, em cada ponto, por informante, a transcrição fonética da variante coletada.

<sup>8</sup> Carta mista ou carta analítico-sintética é a que traz, em cada ponto, o registro da variante padrão sob a forma de convenção.

estudo sobre os falares paranaenses, em particular a respeito das variantes para sela feminina, Aguilera (1995, p. 7) esclarece que:

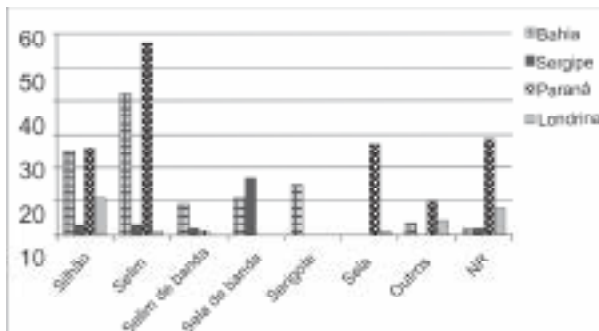
A designação mais genérica – **sela** – foi registrada entre os falantes mais jovens e, sobretudo, nas informantes femininas, uma vez que a montaria está-se restringindo a espaços cada vez menores, em muitos casos deixando de ser um meio de locomoção, portanto de trabalho, para se tornar em esporte das classes mais abastadas. Com o desaparecimento da moda da saia ampla, rodada, optou-se por trajas semelhantes aos dos cavaleiros e esta sela específica foi descartada. (AGUILERA, 1995, p. 7)

Portanto, a mudança de costumes e de valores de determinada época atinge não somente os hábitos, como também a fala, sobretudo quando o objeto ou coisa deixa de fazer parte do cotidiano e começa a ser substituído pelas novas gerações.

No EALLO, para a carta 15, sob o título *arreio de mulher*, foram obtidas cinco formas: “silhão” e variantes, com 11 ocorrências, “lombilho” e a variante “lumbio”, com 3 ocorrências e como *hapax*: “montaria”, “sela”, “selim”. Em quatro localidades, todas situadas no norte do município, não se obteve nenhuma resposta.

O Gráfico 1 traz a distribuição das variantes mapeadas nas quatro fontes geolinguísticas.

GRÁFICO 1: produtividade de cada variante nos Atlas consultados.



Fontes: APFB, ALSE, ALPR e EALLO.

O gráfico 1 mostra que “selim” e “silhão” fazem parte dos falares baiano, sergipano, paranaense e londrinense, embora com distribuição quantitativa desigual entre eles. Mostra, igualmente, que “sela de banda” é produtiva apenas na Bahia e Sergipe e “serigote/seligote” persiste somente no falar baiano. O alto índice de não respostas ou respostas genéricas (arreio, sela) no Paraná pode ter duas causas: (i) o Paraná é um estado relativamente novo (154 anos de emancipação) em que a maioria das cidades tem menos de 80 anos de fundação, portanto surgiram após a fase do tropeirismo e já na era dos automotivos; (ii) comparando esta ausência de respostas no Paraná com a da Bahia e Sergipe, pode-se atribuir a diferença ao espaço de tempo que medeia as coletas de dados, pois, entre a 1ª e a 2ª decorreram quase 30 anos. Acrescente-se que alguns informantes do APFB, no final da década de 50, já explicavam que a sela feminina não existia mais, como se observa nos depoimentos registrados como notas na carta 144:

- (1) Inf. 19 B: “já não usam mais isso”.
- (2) Inf. 21 B: “é antigo”.
- (3) Inf. 22B: “antigamente”.
- (4) Inf. 27 B: “sela antiga, montada de um vaqueiro”.
- (5) Inf. 48 “antigamente, hoje não tem mais: uma selinha arredondada”.
- (6) Inf. 49: “chamava, agora já estão montando em sela”.
- (7) Inf. 50 A: “não se usa mais”.

Uma observação interessante é a do informante 8 A, do APFB, num comentário jocosos, mas que deixa transparecer sua perplexidade diante das atitudes femininas mais avançadas para a época: “hoje as mulheres montam em tudo, até em cangalha”.

Uma vez feito o levantamento das variantes por fonte e descritos esses dados, buscou-se verificar nos principais dicionários: Bluteau (1712), Morais Silva (1813), Caldas Aulete (1964), Cunha (1982), Ferreira (1987) e Houaiss (2007) a presença ou ausência das variantes e as formas de dicionarização.

### 3. Sela feminina: dicionarização e variantes cartografadas

A busca, nos seis dicionários, das diferentes formas registradas nos quatro atlas trouxe os seguintes resultados:

- (i) “Silhão”. Dentre as variantes coletadas e mapeadas, “silhão” é a única dicionarizada na acepção de sela especial feminina. O dicionarista Caldas Aulete (1964), mais sucinto que os demais, registra na primeira acepção: “silha grande ou sela em que montam mulheres”. Morais Silva (1813) e Houaiss (2007) ampliam um pouco mais a definição: “sela grande, com estribo só de um lado e um arção semicircular, em que montam mulheres quando cavalgam com saia”. Já Bluteau (1712) é bastante detalhista em sua acepção: “Hum modo de sella grande para mulheres, com hum encosto por detraz, que as tem mão, & hum estribo por diante, onde mettem os pés. Em silhões andaõ senhoras à caça, & as mulheres em jornadas, & romarias”. Tanto Caldas Aulete (1964) como Houaiss (2007) registram “silhal” como variante lexical, muito próxima das variantes fônicas “silhão” e “silial”. Houaiss (2007) data como 1706 o primeiro registro de “silhão”. Cunha (1982) não traz a entrada “silhão” e registra somente o significado de “silhas” como derivado de “sela”, sem referências à designação buscada, atribuindo sua origem do castelhano, derivado do latim “sëlla”.

Assim como nos dicionários, na elocução de diversos informantes há a consciência de se tratar de um termo específico, como se pode observar em notas registradas no ALPR (AGUILERA, 1994, p. 146) e selecionadas para ratificar essa afirmação:

- (8) Inf. A, de Ribeirão do Pinhal: “é, antigamente diz que tinha o tar do **sião**. Eu nunca cheguei [a ver], num é do meu tempo, quando a gente cresceu já num viu mais, né, mais minha mãe falava que tinha”.
- (9) Inf. B, de São Jerônimo da Serra: “pa mulher... bom, antigamente tinha os arriame das mulheres, né. Nós tratava **sião**”.

As demais variantes registradas pelos informantes dos atlas como sela feminina são consideradas pelos lexicógrafos consultados como acessórios apenas masculinos ou, então, neutros, servindo tanto ao homem como à mulher, como se pode observar na sequência:

- (ii) “Selim” - Dos seis dicionários consultados, quatro abonam este verbete como “espécie de sela pequena, rasa”, sem fazer menção ao gênero dos usuários, se homem ou mulher (CALDAS AULETE, 1964; CUNHA, 1982; FERREIRA, 1987; HOUAISS, 2007). Quanto à datação deste verbete, Cunha (1982) é um tanto genérico, indicando apenas como entrada no século XVIII, enquanto Houaiss (2007) é mais específico, em 1858. Talvez esta datação explique a razão de não constar dos dicionários Bluteau (1712) e Moraes Silva (1813). Somente Ferreira (1987) registra a variante lexical “selote” e, curiosamente, nenhum dos Atlas aqui estudado faz menção dessa ocorrência.

No *corpus* quando o informante quer deixar claro que se trata de sela feminina junta ao nome um especificador, quase sempre formado pela expressão “de banda”, indicando que a mulher montava sentada de lado no cavalo e não enganchada como o homem. A forma “selim de banda”, porém, não se encontra dicionarizada por nenhum destes lexicógrafos.

As notas do ALPR (AGUILERA, 1994, p. 146) indicam que os informantes se referem a este tipo de sela, como de uso exclusivo para mulheres. É o que esclarece a informante feminina, de 37 anos de Goioerê, ao ser indagada sobre outro nome para arreio:

- (10) “bom, tem um(a) qui no sítio, né, quan(do) (an)dava muito, só de mulher, né, **silinho**”. Ao repetir, registra a forma: **silim**.

A informante de Pitanga, de 41 anos, é um pouco mais específica ao descrever esta sela:

- (11) “é **silim de banda**, né”. ‘Perguntou-se se ela o conhecera: “conheci. Eu andei muito no **silim de banda**. Caí argum

tombo do cavalo co **silim de banda**, que Deus o livre. Nói sempre andava. (...) é pirigoso porque vai só dum lado assim, inda inroscava uma cesta assim de paia, uma fita amarrada pa infeitá, era tão bunito, né? A gente ia nos casamento, nos noivado, tudo de **silim**, ali tinha oito ô nove cavaleira, essas molher, moça, tudo ali. As moça que nem ela assim (...) tão bonita, tudo de **silim de banda** assim. Só os home e rapaiz que iam nos cavalo de, assim de arreio, o mais era só **silim de banda** (...)

Conforme a observação feita por Aguilera (1995, p. 7), tanto as variantes “selim” e “selim de banda”, como seu referente são apenas lembrados por falantes idosos, que carregam consigo um conhecimento de mundo próprio de sua época, diferente da vivência dos jovens.

(iii) “Sela” - Os dicionaristas registram este verbete na primeira acepção “assento ou arreio que coloca no dorso do cavalo, para o cavaleiro se sentar”. São unânimes em registrar este objeto para uso masculino, ao contrário da acepção trazida pelo informante masculino de Jacarezinho “a sela era mais de mulher, né, e o arreio era de homem”. Talvez este informante tenha associado a lexia *sela* ao uso exclusivo para mulheres, por pertencer ao gênero feminino e *arreio* ao uso exclusivo para homens, por ser do gênero masculino. Pode-se inferir, também, que o desconhecimento de um termo específico é devido ao desaparecimento do arreio feminino, que foi substituído pela sela, devido às mudanças de trajes das mulheres. Houaiss (2007) abona este termo com registro do século XIII, e Cunha (1982) no século posterior - XIV, como de procedência latina *sēlla*, portanto uma variante que já estava no léxico do português europeu. Quanto à variação lexical, Houaiss (2007) registra “selim” e “selote” como termos diminutivos irregulares.

(iv) “Arreio” - As acepções trazidas pelos dicionaristas referem-se não ao objeto em si, mas a acessórios que servem para adornar, enfeitar e aparelhar a cavalgadura para montaria. A acepção buscada, e que mais se aproxima, é registrada por Houaiss (2007) como regionalismo

do Sudeste do Brasil: m.q. “sela”. Percebe-se que tanto “arreio” como “sela” são respostas genéricas para o campo semântico “sela para montaria”. Sua datação é documentada por Cunha (1982) em 1572. Quanto às variantes lexicais, os atlas registram “arreio de banda” (APFB) e “arreio sem cabeça”, “arreio banana” (ALPR). Bluteau (1712) apresenta outros acessórios desconhecidos pelos informantes e não citados pelos demais dicionaristas: “Arriata”, “Cabeçadas”, “Sustinentes”, “Frontal”, “Cirgola”, “Redeas”, “Panno de Silha”, “Rabicho”.

- (v) “Lombilho”/“Serigote” - Os lexicógrafos Caldas Aulete (1964), Ferreira (1987) e Houaiss (2007) trazem acepções semelhantes. Para “lombilho”: “o apeiro que substitui, nos arreios, a sela comum, o selim e o serigote”. Para “serigote”: “espécie, tipo de lombilho, peça de arreamento”. Percebe-se que estas abonações são próximas, mas não traduzem a acepção aqui buscada. Dos demais dicionários não constam esses lemas, haja vista que “lombilho” foi registrado em 1889 e “serigote” em 1899 (HOUAISS, 2007). Ferreira (1987) e Houaiss (2007) registram “selagote” como variante lexical para “serigote”. Caldas Aulete (1964) e Ferreira (1987), por sua vez, documentam esta lexia como brasileiroismo do sul. Analisando a ocorrência dessas variantes nos atlas linguísticos pesquisados, verifica-se que são pouco produtivos: “lombilho” foi registrado no EALLO na fala de três informantes, e no ALPR divide espaço com outras sete variantes *hapax*, e “serigote”/“seligote” ocorre somente no atlas baiano.
- (vi) “Mocho”, “Cabecim”/“cabecinha”, “Casquinha” e “Cutiano” não estão dicionarizadas com a acepção de sela feminina. *Mocho* foi documentado por Caldas Aulete (1964), Ferreira (1987) e Houaiss (2007) como uma “espécie de banco, assento sem encosto, desprovido de braços, de algo que sustente”. O traço semântico do objeto “banco”/“assento” remete ao sema “sentar”, o que levar a crer que o informante tenha associado esse sema com a designação para montaria.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo das variantes lexicais para a sela feminina em quatro atlas linguísticos permitiu verificar que:

(i) A única forma específica para denominar a sela feminina, de acordo com os dicionários, é “silhão”. As demais variantes registradas têm o aval dos informantes que consagraram seu uso;

(ii) As variantes lexicais ora convergem, ora divergem entre os falantes dos atlas aqui examinados. Em outras palavras, não há um *continuum* entre elas, pois, enquanto esses quatro atlas compartilham, por exemplo, a variante lexical “silhão”, bem como a variante fônica, *sião*, o “selim de banda” e a “sela de banda” são próprios dos falares baiano e sergipano com diferentes níveis de produtividade. A propósito, quando a equipe da UFBA elaborou o APFB, os pesquisadores sentiram que seria importante dar continuidade aos estudos dialetológicos rumo a Sergipe para onde o falar baiano se estendia. É por este motivo que os pontos do ALSE são numerados de 51 a 65 como uma extensão dos do APFB. No entanto, nem todas as variantes são comuns a ambos, como se pode verificar em “serigote”, registrada apenas na Bahia;

(iii) No caso do ALPR e do EALLO, este último um atlas municipal cujo território integra o Estado do Paraná, nem todas as variantes são comuns a ambos. Por sua vez, as que são compartilhadas nem sempre têm o mesmo índice de produtividade, devido a fatores históricos específicos da região norte-paranaense, onde se localiza Londrina, tais como data recente de fundação e composição étnica dos seus fundadores;

(iii) Quanto à dicionarização, nem todas as variantes constam das obras lexicográficas consultadas, mas algumas delas trazem a definição e a descrição bastante semelhantes;

(iv) Finalmente, o fato de o objeto “sela feminina” ter caído em desuso há mais de 50 anos, devido a mudanças na sociedade, como a conquista de direitos femininos dos quais a mulher ainda se privava, até mesmo pela imposição ou proibição de uso de determinadas peças de seu vestuário, ou do direito de participar de atividades até então consideradas masculinas, tudo isso repercute na língua e na linguagem, provocando mudanças no léxico de uma comunidade de fala.



**REFERÊNCIAS**

AGUILERA, Vanderci de Andrade. *Atlas Linguístico do Paraná*. Curitiba: Imprensa Oficial, 1994.

\_\_\_\_\_. Atlas Linguístico do Paraná: algumas notas sobre variação lexical. In: *8º Seminário do Centro de Estudos Linguísticos e Literários do Paraná*, p. 1-16, 1995.

\_\_\_\_\_. *Esboço de um Atlas Linguístico de Londrina*. Curitiba: CONCITEC, 1987.

BLUTEAU, Raphael. *Vocabulárioportuguez&latino*: áulico, anatômico, architectonico. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, 8v.

CALDAS AULETE. *Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Delta, 1964.

CARDOSO, Jayme Antônio & WESTPHALEN, Cecília Maria. *Atlas Histórico do Paraná*. 2.ed. Curitiba: Livraria do Chain, 1986.

CARDOSO, Suzana; FERREIRA, Carlota. *A Dialetoлогия no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1994.

CUNHA, Antônio Geraldo da. *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa*. 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

ESCOLA SUPERIOR DE AGRICULTURA LUIZ DE QUEIROZ. CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA. *Estudo do Complexo do Agronegócio Cavalos no Brasil* / Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada da ESALQ. Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil. Brasília: CNA; MAPA, 2006, 68 p. (Coletânea Estudos Gleba; 40).

FERREIRA, Aurélio B. de H. *Novo Aurélio*: Dicionário da Língua Portuguesa. Século XXI. Versão 3.0. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1987.

FERREIRA, Carlota; MOTA, Jacyra; FREITAS, Judith; ANDRADE, Nadja; CARDOSO, Suzana; ROLLEMBERG, Vera; ROSSI, Nelson. *Atlas Linguístico de Sergipe (ALS)*. Salvador: UFBA-FUNDESC, 1987.

GOULART, J. A. *Tropas e Tropeiros na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1961.

\_\_\_\_\_. *O cavalo na formação do Brasil*. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.

HOUAISS, Antônio. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Versão 2.0. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

IMAGUIRE, Lígia Maria Campos. *Estudo com vistas a um Atlas linguístico da Ilha de Santa Catarina: abordagem dos aspectos lexicais*. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo, 1999.

MORAIS SILVA, Antônio de. *Dicionário da língua portuguesa* – recompilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado. Lisboa: TypographiaLacerdina, 1813.

MOURA, Carlos Eugênio Marcondes. *O Visconde de Guaratinguetá: um fazendeiro de café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Livros Studio Nobel, 2002.

NARLOCH, L. *Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil*. São Paulo: Leya, 2011.

ROSSI, Nelson. *Atlas Prévio dos Falares Baianos*. Rio de Janeiro: MEC/INL, 1963.

SANTOS, G. M. dos. *A lição dos grandes expedicionários na Amazônia*. mar., v. 27, n. 3, p.101-103, 2002. Disponível em: <[http://www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S037818442002000300001&lng=esnrm=iso](http://www.scielo.org/ve/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S037818442002000300001&lng=esnrm=iso)>. ISSN 0378-1844. Acesso em: 30/nov./2011.

\_\_\_\_\_. *Guia para os estudos dialectológicos*. 2.ed. Belém: [s.editora.], 1957.

SILVA NETO, Serafim da. *Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil*. 3.ed. Rio de Janeiro: Presença; Brasília: INL, 1979.

SIMONSEN, R.C. *História Econômica do Brasil: 1500/1820*. São Paulo: Cia Editora Nacional, 1969.

STECA, L. C.; FLORES, M. D. *História do Paraná: do século XVI à década de 1950*. Londrina: UEL, 2002.

VASCONCELOS, Celciane Alves. *Variação Lexical nos Eixos Sincrônico e Diacrônico: nas veredas do Atlas Linguístico do Paraná*. (monografia): 2004.